

**Secção/Área temática:
Sexualidade e Género**

Estudos de género e feminismo acadêmico: a revista *Estudos Moçambicanos*.

RÊGO, Sérgio Antônio Silva. CICS.NOVA.UMinho. santoniorego@gmail.com

**BRANDÃO, Ana Maria. Departamento de Sociologia da Universidade do
Minho e CICS.NOVA.UMinho. e-mail: anabrandao@ics.uminho.pt**

Resumo

Periódicos académicos representam um importante instrumento de difusão de conhecimentos, de dinamização e de formação de consciência coletiva de grupos e/ou organizações que defendam ideias semelhantes. Eles são uma espécie de pedagogia formativa de base ativista e/ou estudiosa/o da temática. *Estudos Moçambicanos* foi responsável pela edição de uma série de trabalhos que tratam, dentre outras temáticas, dos estudos sobre mulheres, género e feminismo (EMGF). Neste artigo, objetiva-se compreender se ocorreu ou não uma dinâmica de alteração temática nos EMGF no país, a partir da análise do referido periódico. Usando uma análise de conteúdo, verificaram-se dados do periódico, nomeadamente, primeira autoria e conteúdo do artigo. Verificaram-se as principais temáticas trabalhadas e as principais alterações ocorridas ao longo dos 23 anos de existência do periódico. As conclusões apontam para uma intensificação do trabalho de um grupo de académicas, além de disputas por espaços de reconhecimento e divulgação dos EMGF na academia.

Palavras-chave: Estudos Moçambicanos; Publicações feministas; Feminismos; Publicações periódicas.

Introdução

A divulgação científica é um dos pilares da ampliação do conhecimento, especialmente no sentido de procurar propor um amplo debate em relação à temática investigada¹. Os periódicos científicos são um meio de comunicação entre investigadores/as, além de proporcionarem maior relação com a sociedade. Assim, as revistas científicas auxiliam na dinamização e popularização do conhecimento produzido nas universidades e/ou centros de investigação. Em muitos casos, também colaboram com o processo de instrumentalização teórica de diversos segmentos, com destaque para grupos de estudantes, cientistas e movimentos diversos que se apoiam nas pesquisas divulgadas para propor suas agendas e/ou investigações. Portanto, as revistas acadêmicas representam um importante instrumento de difusão de conhecimentos em escalas macro e micro, além de dinamizarem e, em alguns casos, auxiliarem na formação da consciência coletiva de grupos que defendem ideias semelhantes, em um processo de instrumentalização teórica. Somado a isto, destaca-se o considerável papel da revisão por pares, que proporciona uma discussão no interior dos espaços científicos e promoção e avanço da ciência ao assegurar a reputação da publicação e a qualificação do material veiculado.

No contexto moçambicano, a educação Superior é uma realidade recente, especialmente se levarmos em consideração seu processo de independência – a Luta Armada – e descolonização entre as décadas de 1960 e 1970. Portanto, o espaço acadêmico ainda é relativamente novo no país. Em 1976, no interior da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), é criado o Centro de Estudos Africanos (CEA), que possui como objetivo estudar, de forma interdisciplinar, a África, em geral, e Moçambique, em particular, observando as relações – sociais, políticas, econômicas – que existem.

A revista *Estudos Moçambicanos*, criada no âmbito do processo de divulgação que o CEA pretendia expor, se propôs a ser essa ponte entre a sociedade e a comunidade acadêmica local e internacional. Isto ocorria especialmente diante do então novo cenário histórico, social, político e cultural, advindo do processo de implementação de uma Universidade em um país recém saído do secular processo de colonização. *Estudos Moçambicanos* é uma publicação periódica acadêmica criada na década de 1980, responsável por divulgar uma série de importantes trabalhos que tratam, dentre outras temáticas, dos Estudos das Mulheres, Gênero e Feministas (EMGF).

1. Movimentos sociais e lutas femininas: ativismo feminista e participação social

Foram variados os campos de atuação da luta dos movimentos sociais que buscavam construir uma base de maior participação social feminina por meio de acesso à saúde, educação e envolvimento político. Em Moçambique, pós-independência, as instituições coloniais são herdadas e, de certa maneira, mantidas pelos grupos que ascendem ao poder – nesse caso, os membros da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), fundada em 1962ⁱⁱ. Esses não são apenas instituições de continuidade, no país há a introdução de um novo modelo educativo que evidencia a promoção da ciência.

Em 1977, Moçambique passa a ser um país ideologicamente ligado à perspectiva marxista-leninista, fazendo parte de um conjunto de países socialistas africanos, potencializado por um cenário macro marcado pela Guerra Fria e muitas de suas derivações. Em relação ao período pós-independência, Isabel Casimiro (2014: 178) nota que as campanhas de alfabetização estavam em curso e salienta essa realidade para o caso específico das mulheres, já que o número de mulheres alfabetizadas passou de 3% na década de 1980 para 15% na década seguinte. No entanto, os dados ainda são alarmantes, demonstrando o longo caminho que precisa ser percorrido. Ademais, a autora destaca o acesso à saúde básica e à participação política, nesse último aspecto com efetividade de cargos legislativos a partir de 1977.

Na década de 1980, a Liga Feminina Moçambicana, assim como o Destacamento Feminino e a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), passam a protagonizar várias discussões, inclusive sobre o papel das mulheres na luta armada (Iglésias, 2007: 139). Em 1991, é criado o Departamento de Estudos da Mulher e do Gênero, na UEM, no CEA, com caráter interdisciplinar, congregando diversas ativistas acadêmicas (Iglésias, 2007: 139; Casimiro & Andrade, 2007: 7).

A incapacidade do governo, tanto por problemas internos, quanto por pressões políticas e econômicas externas, em garantir acesso a bens sociais básicos para a maioria da população do país aumenta a disparidade entre classes e aprofunda as desigualdades entre gêneros. Esse processo acentuou-se, como afirma Teresa Cruz e Silva (2002; 77-78), principalmente, nas décadas de 1980 e 1990. Um dos mecanismos utilizados para ultrapassar essa situação foi o incentivo à criação de redes de solidariedade (associativas ou cooperativas) (*idem*: 80), que se destacam por estimularem a emancipação da população, principalmente a mais vulnerável e que não é amparada pelo Estado, na maior parte das vezes, constituída por mulheres. Estas acabam por ocupar empregos precários,

com pouca segurança e baixos salários, sustentando a maior parte da economia infoormal (*idem*: 2002: 82).

Catherine Coquery-Vidrovitch (1997), em fins da década de 1990, defende que a história das mulheres do continente africano possuía poucos registros, ou melhor, era pouco analisada. Esse dado é significativo, primeiro, pela provável relação com a incipiente discussão dos EMFG e sua subexploração a nível académico nos países do continente africano e, em especial, no caso moçambicano; segundo, pelo desprestígio dos EMGF, mesmo quando associados às questões do racismo e do colonialismo, encarados enquanto temas de menor importância. No entanto, vale ressaltar as tentativas de rompimento com essa situação que podem ser verificadas tanto em África, como noutros países.

Apesar dos esforços do programa de Reconstrução Nacional da Frelimo, as desigualdades de gênero continuaram evidentes. Com a guerra civil, as políticas públicas para a igualdade de gênero foram secundarizadas ou mesmo obliteradas, havendo apenas, em 1992, a partir do Acordo de Paz, um cenário que possibilitou a sua discussão de forma sistematizada.

Olga Iglésias (2007: 140), Signe Arnfred (1991: 50) e Isabel Casimiro (2014; 2015: 56) informam que, a partir da década de 1990, podem identificar-se, com maior objetividade, organizações feministas em Moçambique, compostas, em grande medida, também por ativistas académicas, que defendem a perspectiva de empoderamento e formação política associada à construção de uma cidadania participativa. Isso, segundo as autoras, foi impulsionado por legislações que asseguravam a livre associação de pessoas e facilitou esse tipo de formação coletiva. Isso não impediu o aparecimento de movimentos femininos antes desse momento, que, em grande medida, lutaram pelo processo de independência do país. Alguns desses organismos foram criados sob pressão política exterior, forçando o país a incentivar essas associações, o que denuncia a presença de elementos autoritários do governo e a não atenção a esses temas, assim como acontecera durante a quase totalidade do período colonial. Não obstante, outras associações de mulheres surgiram no decorrer desse processo, o que representa uma necessidade de união de forças para criar cotidianos melhores.

Na década de 1990, são criadas associações que tratam de questões que envolvem os direitos humanos das mulheres, incluindo aquelas que tratam do auxílio às famílias e estimulam o acesso de mulheres à economia, promovendo a sustentabilidade social. Há, nesse momento, uma relação descrita por Isabel Casimiro (2015: 60) como conturbada, principalmente entre os movimentos feministas e o governo, em grande medida pelo fato

de a luta de gênero não ser interpretada como um dos objetivos primários da revolução. Além disso, como noutras realidades, o apoio das mulheres foi decisivo para se alcançar várias das intenções dessa luta e, posteriormente, foi negligenciada e subvalorizada. Conforme evidencia Signe Arnfred (1988: 5), o apoio das mulheres foi intenso na guerra. Os estereótipos do cuidado com o outro antes de si próprias eram incentivados para limitar os desejos de ascensão política por parte das lideranças mais questionadoras, a que se somava o fato de o governo, por vezes, procurar cooptar algumas dessas organizações de mulheres (Casimiro, 2014: 18).

A expressão feminismo não foi compreendida enquanto emancipação e foi utilizada para deslegitimar discursos e práticas. Os movimentos feministas moçambicanos procuram articular-se tanto no interior do continente africano, quanto fora dele, com outros movimentos e organismos, numa troca de experiências. Contudo, nem todas as associações de mulheres se auto-intitulam feministas, o que, a nosso ver, corrobora o discurso acima, de maneira veemente, e demonstra um desconhecimento do que são os feminismos, suas agendas e formas de atuação. Essas medidas auxiliam na formação de um feminismo de conotação mais liberal, como afirma Isabel Casimiro (2015: 62), presente, principalmente, na ideia de defesa de pautas mais individuais, o que pode fomentar a institucionalização de uma tecnocracia de gênero. Um dos elementos trazidos pela autora refere-se à violência de gênero, que foi apropriada como um discurso do governo. Todavia, é mais uma das contradições expostas, acentuando a complexidade dessa realidade e singularizando, ainda mais, as práticas feministas nesse contexto.

1.1. O elemento educacional

Relativamente à dimensão educacional, Samora Machel (1973b, 1974) apela ao papel transformador da pedagogia, nomeadamente, para fomentar a formação das novas gerações. Ele descreve a educação enquanto elemento revolucionário, em antagonismo ao modelo implementado pelos colonos, ainda mais elitizado quando se referia ao acesso ao ensino superior, que estava relegado apenas a uma elite local. Samora Machel (1974b: 3) descreve que “a discriminação social do ensino é acentuada pela discriminação racial”, sendo essa uma das reivindicações que, associada a outras demandas, desafiavam, naquele momento, a permanência do regime no poder.

Durante o período da guerra civil, destaca Olga Iglésias (2007: 139-140), muitas escolas e centros de formação de docentes foram destruídas, dificultando o acesso das

comunidades. Docentes foram perseguidos/as e/ou mortos, estudantes mutilados, outros raptados a fim de engrossar as fileiras da guerra, além dos casos de violação. A generalização da miséria era frequente. Outras questões essenciais estavam estagnadas ou não existiam, fazendo com que milhões de pessoas não tivessem acesso a bens básicos, tais como saúde, justiça, trabalho (remunerado) (cf. Rêgo, 2002). Decorrente desse contexto, a análise das condições sociais passou a ser objeto central dos EMGF no país.

2. Os EMGF em Moçambique

A academia, no continente africano, é uma construção tardia (Murunga, 2005: 398), principalmente se considerarmos a concepção de trabalhos sobre EMGF. Quando se discute os feminismos na África, amiúde, não se consideram aspectos contextuais importantes, que variam significativamente para cada sociedade e cultura, aquilo a que podemos chamar também tradição (Arnfred, 2009: 153). Perceber essa realidade é também uma atribuição de feministas de fora desses espaços.

Moçambique, num curto espaço temporal, passa do jugo do colonialismo português para um regime socialista liderado pela FRELIMO e, em fins da década de 1980, para o Programa de Reestruturação Econômica do Banco Mundial. Relativamente às lutas feministas no país, podem, de maneira genérica, ser divididas em três grandes momentos: período pré-colonial; luta pela libertação; e pós-independência.

De acordo com Signe Arnfred (2004b: 109), durante o período colonial, o mais longo dos três, a ideia de colonização estava ligada à intenção de civilizar os povos originários – “o fardo do homem branco” e a “missão civilizadora” (cf. Meneses, 2004). As regras de gênero aplicadas ao novo território eram as de Portugal – a metrópole colonizadora –, aprofundadas por questões de etnia/raça e classe, entre outras, nomeadamente, de ordem cultural, visíveis na representação das mulheres racializadas, exotizadas, transformadas em mão de obra trabalhadora, geradora de mais-valia, além de instrumento de deleite sexual. Os enfrentamentos da população local estavam centrados, embora não exclusivamente, no embate contra o colonialismo. Por múltiplos fatores, grande parte das ações pela emancipação ou questionamento da ordem social não estão documentadas, sendo a maior parte delas transmitida de forma oral ou consideradas lendas locais, gerando um crivo de desconfiança.

A segunda fase elencada destaca-se pela participação das mulheres na luta armada, empreendida pela Frelimo, notadamente em áreas urbanas do país. Após um período de instrução militar, muitas mulheres pegaram em armas de fogo a fim de garantir a segurança de suas localidadesⁱⁱⁱ. É um período contraditório, pois inicia-se com a necessidade da participação das mulheres nessa luta e, quando se ascende ao poder, elas são excluídas dos processos decisórios, o que gera uma forte sensação de traição.

A terceira fase traduz a tentativa de criação de infraestruturas de enfrentamento político e social das assimetrias de gênero por meios de diversas ações e constituição de organizações sociais, governamentais e não governamentais, nacionais e/ou estrangeiras, a fim de diminuir as discrepâncias nesse aspecto, especialmente ao nível do trabalho, da sexualidade, da família e da maternidade. Houve um momento de combate por parte do governo moçambicano, a política do *lobolo*^{iv}, no entanto, a ideia que acabou por ser mobilizada pelo governo foi a do papel da mulher na (re)produção da nação (Pinho, 2015: 170). Noutras palavras, a mulher-servir, a mulher-nação, a mulher-projeto coletivizado. Com a tentativa de acabar com os “atrasados rituais”, as pessoas passaram a exercê-los na clandestinidade, num duplo processo de resistência/manutenção e enfrentamento. Ao mesmo passo, isso evidencia a incoerência do ingresso de Moçambique numa economia de mercado capitalista (neoliberal e predatória), acelera a alteração dos cenários e da ordem social, que passa a afirmar o poder do masculino na medida em que pulveriza as relações culturais de origem matrilinear. Nesse momento, as temáticas dos EMGF estão bastante associadas à verificação da participação de mulheres nos processos de libertação de Moçambique, quer seja do período colonial – num histórico mais recuado –, quer seja na luta armada pela independência ou, ainda, no processo de implementação do novo governo (Casimiro & Andrade, 2007: 2).

Isabel Casimiro (2014: 87-88) realiza uma síntese das muitas visões acerca do feminismo africano: (i) surgem tanto por influência do exterior – principalmente por meio de organizações feministas ou de defesa dos direitos das mulheres –, como do contexto nacional – em grande medida, pela ideia de um matriarcado ancestral. Discute-se se esses processos podem ser definidos como movimentos femininos; (ii) a importância da subjetividade e a construção das identidades; (iii) o papel do corpo enquanto elemento a ser libertado de muitas prisões, inclusive do racismo; (iv) o sentido ampliado do conceito de cidadania, estimulando a participação das mulheres em espaços políticos institucionalizados. Esses temas auxiliam na composição de um

movimento com caráter mais local/comunitário, preocupado com questões da cotidianidade e calcado nas lutas sociais características da década de 1980. Já na década seguinte, incentiva-se e estimula-se o protagonismo nos espaços políticos institucionais.

Relativamente à participação de ativistas na academia e nos EMGF, Isabel Casimiro (2014: 95) alerta para a situação precarizada das mulheres nas universidades africanas e nota que esse tema é ainda secundarizado. Apesar de pretender criar uma história da África, sob prismas menos eurocêntricos, as propostas não incluíam as mulheres (*idem*: 97). Isso também demonstra a dificuldade de consolidar investigações sobre EMFG por parte dos feminismos africanos, pois as bases ainda são bastante coloniais e estão a cargo de um pequeno conjunto de acadêmicas. Inclusive, a troca de experiências pode ser observada, segundo Isabel Casimiro (2014: 100), no caso do feminismo em Moçambique, através do conceito de gênero, que possui forte inspiração das feministas latino-americanas e espanholas. Por meio dessa leitura, percebemos o intercâmbio teórico muito maior entre Brasil e Moçambique – que entre outros países africanos e o país latino americano, principalmente do primeiro para o segundo, mas também merece destaque o número de autoras/autores dos EMFG que publicam trabalhos em revistas e/ou editoras portuguesas. Isso indica uma troca teórica, em vários aspectos indiretos, entre os países investigados (cf. Rêgo, 2019). Muitas intelectuais feministas moçambicanas aprofundaram seus estudos – na maior parte, pós-graduados – ou trabalham em universidades de países europeus, com destaque para Portugal. Em grande parte, essas feministas trabalham com epistemologias que não integram o *mainstream* acadêmico.

2.1. O CEA e os EMGF

Há, como nota Maria Paula Meneses (2004), uma exclusão dos conhecimentos africanos das ciências, o que reforça o estereótipo de “atraso” aplicados aos países – em especial, Moçambique – e mantém a hierarquização dos saberes. Some-se a isso a ausência de financiamento para as investigações que é amenizada pelo recurso a consultorias. Esse fenômeno contribui para uma “proletarização intelectual” que explica o baixo impacto social que as investigações possuem nesse cenário (*idem*: 735). Sendo assim, o reforço da crítica aos modelos eurocentristas e androcêntricos deve ser uma constante na prática de investigação.

A criação do CEA é crucial para compreender Moçambique e suas dimensões relacionais em diversos níveis. Em entrevista com Isabel Casimiro, é destacado o papel pretendido para o CEA. Ela afirma que o centro

É pensado durante a luta armada por se acreditar na necessidade de ter um grupo que pudesse fazer a pesquisa e que pudesse pensar, refletir criticamente, sobre a luta armada e sobre o período posterior à luta armada. Isto era o que o Aquino de Bragança sempre nos dizia, [...] refletir sobre a necessidade de ter essa intelectualidade orgânica que pudesse pensar sobre o país. Há muita gente que diz: “mas então porque é que se chamou Centro de Estudos Africanos e não Centro de Estudos Moçambicanos? (...) estudar Moçambique no contexto da África Austral, porque é um subsistema. Esse subsistema da África Austral, com a África do Sul como a luz, era o sistema de CONSAS, *Constellation of States*, mais tarde SADCC, a contrapor a isso. Então, estudar os países que estavam completamente dependentes da África do Sul no contexto dessa região austral da África, mas também no contexto maior do continente e, depois, do mundo, dentro desta perspectiva de um sistema-mundo, capitalista, etc. [...] Está situado aqui, tem as suas raízes em Moçambique, mas olha para mais longe, no continente e, depois, na região; no continente e, depois, para outros países. E a revista [*Estudos Moçambicanos*] era, sobretudo, para refletir sobre Moçambique também em relação a isso (Casimiro, entrevista realizada em 05/05/2020. Grifos nossos).

Muitas conferências, com destaque para a Conferência Extraordinária da Organização da Mulher Moçambicana (OMM), foram organizadas para discutir as ações a tomar, assim como as formas de abordagem, dentre outros fatores. No entanto, denuncia Signe Arnfred (1988: 7-8; 1991: 49), a fim de minimizar a organização das mulheres, as medidas tomadas pelo recém-implantado governo, foram no sentido de dirimir a força e a regularidade das reuniões, demonstrando uma evidente atuação conservadora da camada política local. As lideranças da OMM, inicialmente composta por mulheres que lutaram nas fileiras da Frelimo, com a independência, foram substituídas por mulheres indicadas pelo governo. A frágil, porém, existente, autonomia feminina surgida durante a guerra foi posta de lado, a submissão voltou a ser ordem, todavia, enfrentamentos e resistências também são assinalados (Cf. Arnfred, 1991: 50).

O CEA, mais precisamente em 1989, por meio de uma associação de algumas organizações feministas, como destacam Isabel Casimiro e Ximena Andrade (2007: 7),

possui o objetivo de criar as bases dos EMGF e conhecer as relações de gênero nos diversos planos (macro, meso e micro). É um período de complexidade política contextual do país, com efeitos no desenvolvimento dos estudos sobre a mulher em outras partes do mundo.

Em entrevista, Isabel Casimiro (2020) informa que

[...] a gente costuma falar em várias fases no Centro de Estudos Africanos. O indivíduo ou a indivíduo tem um papel na história. Portanto, num certo período, nós tínhamos o Aquino de Bragança (...) então [...], esses períodos são períodos importantes que definem as linhas do Centro de Estudos Africanos. Isso também acabou por [...] marcar a revista. Num primeiro momento, o Centro de Estudos Africanos tinha muito apoio, muito apoio de várias organizações internacionais, tanto que conseguia ter a revista em português e inglês, e sabe que traduzir para inglês é muito caro. (...) Então, o Centro, nos primeiros momentos, conseguiu o dinheiro... Nós podemos dizer que, até 1990, mesmo depois da morte ou do assassinato de Aquino de Bragança, mas depois começou a ser muito difícil manter a revista (Casimiro, entrevista realizada em 05/05/2020).

Isabel Casimiro e Ximena Andrade (2007: 13) afirmam que as principais correntes epistemológicas trabalhadas pelas feministas acadêmicas moçambicanas, principalmente após a década de 1990, eram o feminismo marxista, nacionalista e pós-estruturalista.

Segundo Isabel Casimiro e Ximena Andrade (2007: 4-5), há uma tentativa de introdução do conceito de gênero^v em Moçambique e em outros países pobres do continente por meio de Organizações Não Governamentais (ONG) internacionais ligadas à Organização das Nações Unidas e até ao governo local, de caráter *mainstream*. O conceito de gênero é, muitas vezes, definido, por muitas teóricas, principalmente do Norte epistêmico, como mais bem aplicado do que a própria concepção de feminismo, pois esta última possuía uma forte conotação política – militante – que poderia diminuir a eficácia da implementação de ideias emancipadoras. Essa medida, conforme as autoras, possibilitou um esvaziamento ou uma associação do gênero apenas ao sexo. Todavia, as ativistas acadêmicas locais, que tinham como objeto de análise os EMFG em relação a Moçambique, fossem nacionais ou estrangeiras, passaram a questionar essa utilização e a aprofundar as análises, evidenciando o desenvolvimento “do

feminismo crítico” em oposição a essa tentativa de neutralizar o gênero (Cf. Casimiro & Andrade, 2007: 14).

4. Estudos Moçambicanos

A publicação do periódico *Estudos Moçambicanos* está intimamente vinculada ao núcleo central do CEA e suas deliberações. De modo mais amplo, a revista visa a ideia de exteriorizar e procurar compreender Moçambique em seu contexto sob múltiplos pontos de vista, com uma forte componente da ideia de interdisciplinaridade dos saberes num prisma crítico, marxista (First, 1980: 2).

Além de se instituir enquanto canal de diálogo, destacamos aqui as dimensões educativa e política-cultural, e as disputas de poder presentes nas dinâmicas do periódico. A revista é fundada entre os anos de 1979 e 1980 por Ruth First e Aquino de Bragança e se torna um marco no cenário local, pois, durante muitos anos, foi o único periódico acadêmico, no país, a discutir as temáticas indicadas. É uma publicação com uma trajetória singular marcada por grandes perdas, nomeadamente o assassinato/morte de seus fundadores (Ruth First, em 1982, e Aquino de Bragança, em 1986) por motivações políticas, o que dificultou a sua consolidação inicial. Isso levou à suspensão da publicação, sendo sua edição retomada mais tarde, em 1990.

Com o tempo e as alterações de cenários, o fluxo de edição começou a tornar-se irregular, culminando no fim da publicação em 2014. Toda a coleção de 23 volumes pode ser encontrada em ambiente virtual de forma gratuita, decorrente de um esforço particular empreendido por Colin Darch^{vi}.

A dificuldade de manutenção da periodicidade da publicação pode ser explicada por diversos fatores. A ausência de financiamento perene (em sua maioria, captado fora do país por meio de esforços pessoais de Aquino de Bragança) é uma das explicações, dado que o custo de impressão e tradução de textos é elevado. Esse problema traduz também as fases que o CEA atravessou ao longo do tempo e as medidas que foram sendo adotadas diante:

[...] lembro-me que nós discutíamos que cada revista que era feita na editora da Universidade Eduardo Mondlane podia custar U\$ 15 mil e nós nem sempre conseguíamos esse montante. Então, conseguimos manter a revista, mas nem sempre com a periodicidade que nós queríamos, porque, inicialmente, eram duas revistas por ano e, a partir de um certo momento, com essas perturbações

todas que perturbam a direção do Centro, e as perturbações ao nível do país quando a guerra é mais forte, isso cria algumas dificuldades (Casimiro, entrevista realizada em 05/05/2020).

Joana Maria Pedro (2008: 87) identifica três elementos básicos para “a sobrevivência de uma revista acadêmica”: financiamento de organizações públicas ou privadas; suporte institucional, nomeadamente de órgãos de pesquisa, ciência e tecnologia, em grande medida em nível nacional e, se possível, internacional; e trabalho intenso de editoria.

Signe Arnfred (2009: 153) sublinha a importância das publicações feministas, especialmente em contextos pouco visibilizados no *mainstream* académico, como é o caso do continente africano. A autora destaca que estão em causa publicações que trabalham com uma ampla variedade temática e trazem concepções de feministas e teóricas de várias escolas científicas, muitas das quais são ativistas e/ou académicas de países africanos. Isso auxilia a contextualizar um pouco mais suas contribuições e reflexões. Essas publicações foram responsáveis pela introdução, de maneira sistemática, da discussão sobre sexualidade no contexto africano, algo até então pouco trabalhado (Arnfred, 2009: 151; 2004a; 2004b, 2014; 2015a, 2015b). Os seus textos não só devem ser compreendidos enquanto relevantes no contexto nacional. Eles se destacam também por abrirem espaços de discussão epistemológica e interdisciplinar, auxiliando no desvelo da temática, fomentando a reflexão e a ação, e possibilitando a articulação de práticas e saberes. Assim, podemos vislumbrar a ambivalência da experiência de publicar, ao mesmo tempo que se questiona o androcentrismo e se busca a desvinculação do *maisntream*. Isso requer permanente autocrítica para evitar cair em armadilhas.

Além dos elementos citados, é preciso reconhecer a presença de um conjunto de especialistas na área que possuam, ao mesmo tempo, conhecimento teórico e um senso de ativismo e compromisso com a causa, especialmente pelo trabalho desempenhado em revistas académicas feministas, que, em sua maioria, assume características de voluntariado. Esse dado é revelador da precariedade e ausência de atenção por parte dos órgãos competentes e fomentadores da ciência. Relativamente ao ativismo académico, Isabel Casimiro (entrevista realizada em 05/05/2020) sublinha: “sou uma académica que tem um pé na academia e dois ou três nos

movimentos. Às vezes, eu me sinto mais do outro lado, que não é um outro lado no meu caso, é o mesmo lado porque eu me sinto assim mesmo...”

Estudos Moçambicanos apresentou-se como uma publicação crítica, a partir de um olhar interdisciplinar, sendo, durante muito tempo, a única revista acadêmica no país. Em fins dos anos 2000, passa a ter a editoração de uma acadêmica feminista, Isabel Casimiro, dentre outros/as integrantes do CEA, numa direção editorial rotativa. Há, nesse momento, uma identificação de colaboração tanto de acadêmicas/os nacionais, como estrangeiras. A revista não se inscreve numa perspectiva especificamente feminista, na medida em que há uma dificuldade, naquele momento de fundação, em afirmar-se politicamente enquanto tal. Porém, fundadoras e participantes intitulam-se como ativistas da causa e desempenham funções – sociais, culturais e políticas – reconhecidamente (auto-intituladas) feministas. Com o passar do tempo, a publicação vai sofrendo alterações, seja pelo contexto sócio-político-cultural ou por mudanças de editoria. Percebe-se uma maior preocupação em debater os EMGF e as questões que estão relacionadas com eles de modo direto, circunscritas num tempo e espaço determinados, e evidencia-se sua aplicabilidade à realidade. É sobre esse momento que Isabel Casimiro (2020) nos informa dos seguintes detalhes:

Sabe que, durante os primeiros anos, nós não podemos falar que tivesse havido qualquer artigo feminista. Aliás, essa palavra quase que era... quase não, praticamente, não se falava. Nós começámos a falar em feminismo a partir dos anos [19]90, não muito à-vontade, que foi quando começámos com os Estudos de Género. Em 1990, é criado o Departamento de Estudos de Género, que saiu do Núcleo de Estudos da Mulher, criado em 1988. Então, nós começámos... Para já, ter que começar a falar de género não era muito fácil porque era um conceito novo. Falar do feminismo, então, ainda mais complicado, porque o feminismo foi muito criticado (entrevista realizada em 05/05/2020).

Além da criação do Departamento de Estudos de Género, afirma-se a importância e a necessidade de debater/discutir algumas das realidades femininas no país para além das associações políticas como a *Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust*. No entanto, algumas autoras estão no espaço académico nesse momento e contribuem com artigos. São ativistas académicas, militantes de grupos

feministas e mulheres que participam na política institucional que ampliam essas produções e passam a discutir as realidades do país.

Também podemos perceber que as mulheres que estavam à frente do processo de instauração do CEA e da revista desenvolvem práticas feministas, seja por meio de seu ativismo acadêmico, em suas condutas políticas extra-academia ou em ações de reivindicação de participação cidadã por parte de outras mulheres. Mais uma vez, recorremos a Isabel Casimiro, que nos informa sobre a atuação das mulheres pioneiras na constituição desse espaço de debate, inclusive referindo a questão de não se creditar o “rótulo” feminista por este remeter para dinâmicas que se considerava irem além da luta socialista, como se pode constatar nos discursos de Samora Machel (Arnfred, 1988; 1991; Casimiro, 2005; Machel, 1973a). De acordo com Isabel Casimiro,

não se falava nisso [sobre ser feminista e a luta feminista, em específico], se bem que a Ruth First era feminista, a Bridget O’Laughlin também. Há uma outra, uma britânica que esteve connosco... Ela, depois, até integrou o Conselho Municipal, o Greater London Council, quando houve eleições, depois de ela sair daqui... Qualquer coisa [Maureen] Mackintosh. Então, havia ali um grupo de mulheres que vinha de experiências feministas dos seus países, mas esse não era um assunto que se tratava, o que não quer dizer que as pesquisas não olhassem para estas questões, está a ver? [...] essas questões [EMGF] foram analisadas, mas quando a gente pega nas pesquisas dos primeiros anos, não encontramos essa perspectiva de género, uma perspectiva feminista. Está lá! Não se diz, também, porque não se falava. É melhor, até, desenvolver essas análises sem se estar a dar nomes, às vezes, porque era preciso escapar a certas coisas que aconteciam. Então, eu creio que foi a partir de uma dada edição da revista, a capa é cor de laranja [edição 11/12] se não me engano, que saem os primeiros artigos. Aliás, toda a revista é sobre dois seminários que nós realizámos, “Seminários de Género”. Para um deles, até convidámos a Sónia Corrêa para vir cá... Já tinha estado cá. [...] e, depois, há outras, não muitas. Nós não podemos dizer que há muitas, [...]... mas isso é fruto desse Departamento de Estudos da Mulher e de Género e também do facto de nós termos estado juntas naquele projeto “Women and Law in Southern African Research and Education Trust”. Hoje, é uma organização independente...[...]. Esta pesquisa estava no nosso país como estava em

muitos outros. Foi a partir daí que foi possível uma pesquisa mais sistemática (Casimiro, entrevista realizada em 05/05/2020).

A luta destas mulheres pela constituição do espaço citado foi acompanhada por tentativas de não deixar diminuir a discussão sobre a temática e sua importância, dado que, para algumas outras pautas, algumas vezes, a emancipação das mulheres é descrita como secundária diante de uma outra “verdadeira” causa comum. Do mesmo modo, a incorporação do ativismo acadêmico por um grupo significativo de mulheres que ingressa na docência e possui militância política formal na Administração Pública ou em ONG e movimentos sociais acaba por trazer a discussão através de seminários mantidos durante muitos anos e inclusive sendo citados na apresentação do último número do periódico (Casimiro & Baia, 2014: 5), além da criação dos departamentos já indicados.

4. Metodologia

No caso investigado, percebemos que os trabalhos com temáticas dos EMGF se tornam mais presentes a partir do início da década de 1990. Esse período se destaca, no entanto, alguns trabalhos anteriores tratavam idênticas questões, porém, de modo transversal, demonstrando um intenso uso da interdisciplinaridade na abordagem.

Um dos nossos objetivos era compreender se teria ocorrido ou não uma alteração temática e como poderia esse processo ser interpretado em relação aos EMGF no país. Para tanto, realizamos uma pesquisa dos artigos que abordam de modo central temáticas dos EMGF. Esse processo decorreu por meio de uma análise quantitativa (Santos Filho, 2009) a partir da consulta dos resumos e palavras-chave de todo o acervo do periódico, resultando num total de 20 artigos, distribuídos entre os anos de 1991 a 2014. O objetivo desse tipo de metodologia é quantificar e, desse modo, encontrar semelhanças e disparidades, auxiliando na categorização do material trabalhado. O tratamento dos dados foi feito com o *software* IBM SPSS Statistics 26.

Mediante a coleta de dados que possuiu procedimentos padronizados e, em nosso caso, o emprego de análises estatísticas simples, pudemos, ainda, perceber sua replicabilidade. Portanto, procedemos por meio de uma metodologia quantitativa que é, nos termos de José Santos Filho (2009: 43), uma metodologia precisa sobre

volume de dados que permite comparações, facilitando inferências posteriores que respondem ao objetivo da investigação.

O método empreendido é o estudo de caso (Gil, 2008), o qual visa observar um caso em particular para compreender um fenómeno complexo. Em nossa investigação, esteve apoiado nas técnicas de análise de conteúdo e da entrevista. Desse modo, pudemos aprofundar e detalhar os dados recolhidos inicialmente, fornecendo informações mais precisas em relação ao objeto de investigação.

Os dados observados foram divididos em três subconjuntos: dados do periódico – nome, ano, edição e seção; dados da primeira autoria – nome do/a primeiro/a autor/a, sexo, vínculo, formação, área, escolaridade e nacionalidade; e dados do artigo – título, idioma, temática, resumo e palavras-chave. A partir disso, pretendemos expor, mediante o uso da técnica da análise de conteúdo categorial (Bardin, 2016 [1977]), que envolve a identificação e categorização de temas dos textos, as categorias que identificadas após esse processo. Desse modo, codificadas, categorizadas, analisadas e interpretadas as unidades de análise. Foi possível perceber semelhanças e/ou padrões nos artigos no que respeita às principais temáticas trabalhadas e as possíveis alterações ocorridas a esse nível ao longo dos 23 anos de existência da publicação.

Em relação à entrevista – semidiretiva –, destacamos seu uso pela sua flexibilidade, permitindo realizar perguntas que estavam fora do guião inicial e, assim, aprofundar as respostas (Marconi & Lakatos, 2003). Entrevistamos uma das editoras da publicação, a professora Isabel Casimiro, a 5 de maio de 2020. Diante da impossibilidade em ser entrevista presencial, ela foi realizada de forma remota através do aplicativo *Skype*, gravada, com posterior transcrição. A entrevista possui um total de 47 minutos.

4. Análise de dados

Em relação aos **dados do periódico**, em 1991, foi publicado 1 artigo com temática dos EMGF na 10.^a edição; em 1992, 5 artigos nas 11.^a e 12.^a edições; em 1996, 2 artigos na 14.^a edição; em 1999, 1 artigo na 17.^a edição; em 2005, 6 artigos na 21.^a edição; e, em 2014, 5 artigos na 23.^a edição.

Em relação aos **dados da primeira autoria**, e quanto ao sexo, temos 17 artigos escritos por mulheres (85%) e 3 por homens (15%), o que demonstra um predomínio

feminino. Esse dado não é surpreendente na medida em que os EMGF foram prioritariamente encabeçados por mulheres. No entanto, evidencia também a possibilidade de discussão entre sexos.

Em relação ao vínculo institucional, percebemos que todos/as os/as autores/as encontravam-se na academia. Esse dado é representativo no sentido de estabelecer paralelo com a dinâmica de divulgação de trabalhos do país, esboçada em nosso enquadramento teórico.

Quanto à formação inicial, está distribuída da seguinte maneira: na área global das *Ciências Humanas*, 13 trabalhos (65%); na História, 8; na Geografia, 2; na Sociologia, Ciências Sociais e Direito, 1 cada; nas *Ciências Exatas e da Terra*, Química, 1 (5%); nas *Ciências Biológicas*, Biologia Marinha, 1 (5%); e nas *Letras*, 1 (5%). Há ainda 4 casos (20%) em que não foi possível identificar a área.

Quanto à escolaridade, em sua maior parte, são pessoas com doutoramento (14 casos, 70%), seguidas de pessoas com mestrado (4 casos, 20%) e licenciatura/graduação (2 casos, 10%).

Quanto à nacionalidade, o continente africano concentra a maior parte das autorias, 12 (60%), sendo 11 de Moçambique e 1 da África do Sul. O continente americano está representado com 5 trabalhos (25%) de pessoas provenientes de Antígua, Brasil, Chile, Colômbia e Estados Unidos (1 trabalho cada), e, por fim, o continente europeu, com 3 trabalhos (15%) de pessoas da Suécia (2) e Portugal (1). Esses dados evidenciam uma forte endogamia acadêmica, porém, ilustram também o trânsito de acadêmicas, que indica a procura de relações mais amplas com outras realidades.

Já em relação aos **dados do artigo** e quanto ao idioma, 18 (90%) artigos estão em língua portuguesa e 2 (10%) em língua inglesa. Em entrevista com Isabel Casimiro, é exposta a preocupação em ampliar o alcance da revista, publicando em mais de um idioma. No entanto, a preocupação de isolamento ligada à escrita e publicação em português também está patente:

Durante muito tempo, foi a única revista que existiu. Tendo saído os primeiros números em inglês – foram só dois, mas, tendo outras publicações em inglês, ainda tinha uma abrangência maior... Um dos grandes problemas nossos é a gente escrever em português. Nem sempre conseguimos alargar a disseminação (Casimiro, entrevista realizada em 05/05/2020, grifos nossos).

Um dos aspectos que dificultaram a manutenção da revista foi o financiamento, posto que era bastante oneroso publicá-la, resultando na publicação do artigo no idioma original e, finalmente, no cancelamento da edição do periódico, culminando na concentração de todas as publicações do Centro em uma única publicação da UEM.

Já em relação ao resumo, 12 artigos (60%) apresentam-no e 8 (40%) não. Também as palavras-chave surgem apenas em 6 (30%) e 14 (70%) não as indicam.

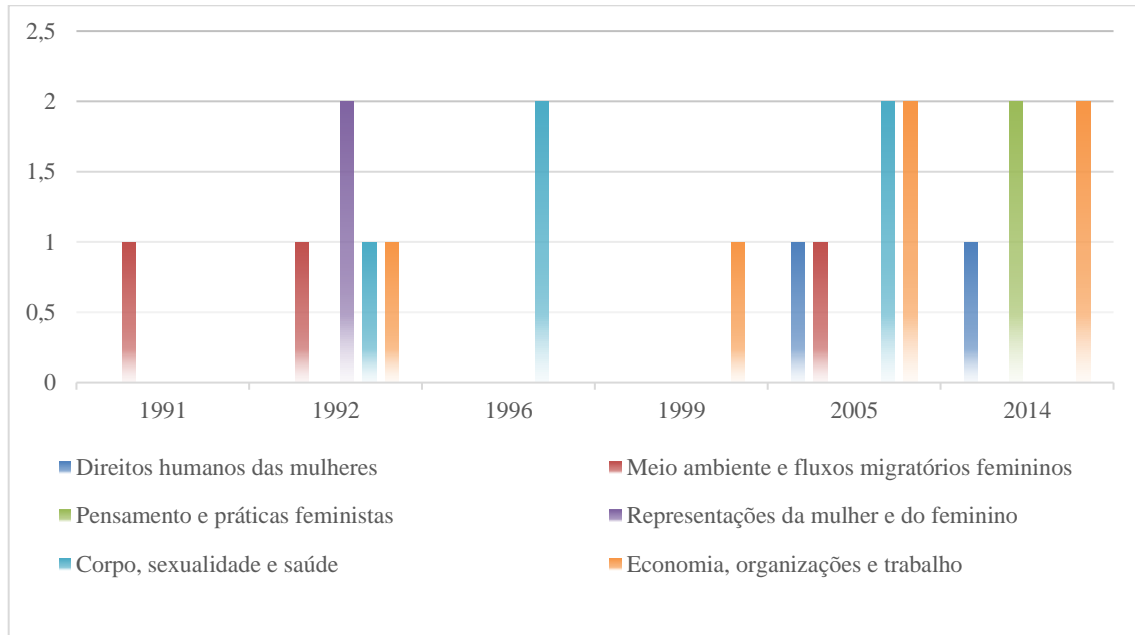
Relativamente às temáticas centrais dos artigos, identificámos seis: Representações da mulher e do feminino; Pensamento e práticas feministas; Direitos humanos das mulheres; Corpo, sexualidade e saúde; Economia, organizações e trabalho; e Meio ambiente e fluxos migratórios femininos.

Em relação à escolha das temáticas, durante a entrevista com Isabel Casimiro, pudemos perceber que dependia de uma disputa de poder no interior do CEA, com algumas pessoas a tentar demonstrar que discutir os EMGF não é simplificar ou objetivar demais o conhecimento, mas ampliar, potencializar e estabelecer conexões. Segundo a entrevistada, essa escolha,

Às vezes, dependia muito de alguma coisa que pudesse acontecer. Mesmo esse número, saiu porque se achou importante ter um número sobre a mulher porque já havia muita pesquisa e, praticamente, tinham saído dois ou três. Então, ali, assim, disse: “Não! Temos que ter um número especificamente a tratar de questões sobre mulher e género” com base nas pesquisas existentes. E nós pegámos nos seminários, nós pegámos numa bibliografia anotada que foi feita, isso tudo. Noutros casos, podiam ser momentos especiais que nós estávamos a viver e que era importante analisar na revista. Mas claro que isso também tinha a ver com as temáticas que estavam a ser tratadas nas pesquisas (Casimiro, entrevista realizada em 05/05/2020).

O gráfico 1 expõe as temáticas trabalhadas e as distribui por ano, evidenciando a sua manutenção, crescimento ou mesmo diminuição.

Gráfico 1. Temáticas na revista *Estudos Moçambicanos*, por ano e edição (1991 a 2014).



Verificamos, a partir do gráfico, que a temática *Representações da mulher e do feminino* é a que tem maior expressão e regularidade na publicação ao longo dos anos, somando seis inserções. Em seguida, vem a temática *Pensamento e práticas feministas*, com cinco trabalhos. Também aqui podemos perceber uma certa regularidade na publicação de trabalhos. A temática *Direitos humanos das mulheres* é a terceira com maior expressão e está concentrada nos primeiros números e num trabalho em 2005, somando três contribuições. Já as temáticas *Corpo, sexualidade e saúde*; *Economia, organizações e trabalho* e *Meio ambiente e fluxos migratórios femininos* contam com duas inserções cada uma. No caso das duas primeiras, são temáticas abordadas próximo ao fim da existência do periódico, indicando uma alteração no cenário temático da revista. No entanto, a última temática foi abordada apenas no início da disseminação dos temas de EMFG na revista, perdendo espaço ao longo do tempo. Esse foi o ano da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ECO-92, ou ainda, Cúpula da Terra.

Podemos observar que publicação de textos com essas temáticas está relacionada, de algum modo, ao período de discussão da temática no CEA. As questões que versam sobre as temáticas *Direitos humanos das mulheres* e *Meio ambiente e fluxos migratórios femininos* são aquelas que se iniciam e diminuem como temáticas centrais, o que não exclui sua discussão de maneira transversal nos demais artigos. Já a temática

Representações da mulher e do feminino mantém-se mais regular ao longo dos anos, demonstrando a necessidade de compreensão dos papéis desempenhados pelas mulheres moçambicanas.

Quanto à temática *Pensamento e práticas feministas*, a sua frequência sugere a necessidade de definir conceitos e aplicá-los ao estudo da realidade a fim de perceber como se processam os fenômenos que envolvem as mulheres a partir da teoria. A temática *Corpo, sexualidade e saúde* surge mais nas últimas edições da revista, assim como a discussão da temática *Economia, organizações e trabalho*, presente na sua última edição.

Considerações finais

As conclusões apontam para uma intensificação do trabalho de um grupo de académicas que debruçou-se sobre a revista, objetivando a discussão de temas ligados às mulheres das camadas populares e seus direitos de acesso a bens fundamentais, como saúde, educação, trabalho e renda. Além disso, a dimensão da sexualidade, o comportamento e as desigualdades entre gêneros e a participação política também foram identificadas.

Relativamente às temáticas desenvolvidas pela publicação, percebemos uma pequena alteração ao longo dos anos, que pode ser explicada por diversos aspectos. Entre eles, destacamos a questão da ligação ao próprio contexto nacional das dinâmicas discursivas e do tratamento dado aos EMFG durante o período analisado. Sublinhamos também uma acentuada interdisciplinaridade, seja na formação das pessoas que publicam, seja nas questões discutidas. Foi também possível identificar uma intensa endogamia académica, assim como um profundo trânsito epistemológico entre feministas académicas, especialmente de países de língua portuguesa – o que chamamos também de feminismo lusófono, um feminismo fora do *mainstream*. Isso evidencia a tentativa de construção de uma identidade epistemológica própria e/ou uma interpretação menos condicionada por discussões hegemónicas. Também evidencia a possibilidade de intercâmbio de ideias com outras universidades e académicas/ativistas, frisando uma espécie de *ethos* de vida condicionado pela prática feminista. Fica evidente a ligação entre feministas ativistas académicas, integrantes de movimentos sociais feministas e também representantes de órgãos governamentais, unidas/os na tentativa de implementar leis que garantam conquistas coletivas. a luta por

impor os EMGF no país fez parte da luta “mais importante” pela descolonização, reforçada em algumas discussões no interior do CEA.

Ainda no âmbito acadêmico, as dificuldades financeiras em manter um fluxo constante de edições causaram uma quebra de divulgação. Ademais, há a falta de uma estrutura profissional, como a progressão de carreira e o estímulo à pesquisa sobre temáticas dos EMGF.

Os impactos da publicação, ao longo dos anos, podem ser visualizados em diversos espaços, com destaque para os campos científico, político, organizacional, cultural, simbólico, social e educacional. Portanto, percebemos a importância da produção, análise e divulgação do conhecimento e das experiências desenvolvidas.

O panorama dos EMGF a partir da análise da revista *Estudos Moçambicanos* permite-nos compreender algumas dinâmicas de discussão, além da tentativa de construção de um entendimento próprio das questões mais prementes que afetavam as mulheres do país. Todavia, o periódico não foi o único meio de divulgação científica do país, que contava, na altura, com outras publicações, nomeadamente, jornais, livros e artigos publicados noutros periódicos, que eram, de modo recorrente, estrangeiros.

Notas

ⁱ Os dados discutidos neste artigo decorrem do trabalho de investigação desenvolvido no quadro da dissertação de doutoramento do primeiro autor, intitulada *Epistemologias feministas no Mar lusófono: “navegar é preciso, viver não é preciso”*. Um estudo comparado da produção científica em Revistas Acadêmicas de Brasil, Portugal e Moçambique (2022).

ⁱⁱ Isabel Casimiro (2014: 186) sublinha que foi um movimento nacionalista que tratou a ideia de libertação das mulheres.

ⁱⁱⁱ Em larga medida, a chefia familiar passou a ser exercida por mulheres, na maioria, em famílias caracterizadas por uma concentração de idosos e crianças, decorrente do fluxo migratório de homens para trabalhar em minas, dentre outros setores, na África do Sul. Essa medida auxiliou o ingresso de mulheres na luta pela independência (Casimiro, 2014; First, 2015; Machel, 1973a; Manghezi, 1980).

^{iv} Prática de casamento arranjado, acordado economicamente entre a família dos noivos, ou ainda, segundo Osmundo Pinho (2015: 163), o “preço-da-noiva ou prestações matrimoniais”. É uma forma de estabelecimento das uniões característica de algumas regiões da África Austral. Para aprofundar essa questão, ver Brandel (1958), Santana (2009) e Furquim (2016). Signe Arnfred (2015c) também destaca essa passagem de um governo socialista para uma visão política mais neoliberal, e a transferência de responsabilidades para a mulher, com destaque para o uso de seu corpo.

^v Segundo as autoras, “A perspectiva feminista de género que defendemos parte da análise das relações sociais entre mulheres e homens e entre mulheres e entre homens, permitindo estudar o modo como são construídas, social e relacionalmente, a identidade feminina e masculina, e reconhece que a natureza social da hierarquização nas relações de género é a condição fundamental para pensar as transformações e recusar que as diferenças entre mulheres e homens sejam naturais. A construção da feminilidade e da masculinidade interrelaciona-se com as variáveis de cor da pele/etnia, classe, origem rural/urbana, formação, estatuto, como já mencionado e, a partilha entre poderes, saberes e competências nas diferentes dimensões da sociedade, está em permanente renegociação, originando resistências e contestações, mas

também a aceitação ou a penetração nos espaços da ordem estabelecida, em diferentes momentos e em contextos espaciais diversos. Na procura de uma identidade de projecto feminista que atinja as mudanças radicais para uma alternativa de um mundo realmente humano para mulheres e homens” (Casimiro & Andrade, 2007: 14).

^{vi} Cf. <http://www.mozambiquehistory.net/estmoc.php>.

Por decisão pessoal, o/a autor/a do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico

Referências

- Arnfred, S. (1988). Women in Mozambique: gender struggle and gender politics. *Review of African Political Economy*, n. 15(41), pp. 5-16.
- Arnfred, S. (1991). Lessons from Mozambique. *Agenda: Empowering women for gender equity*, n.7-10, pp. 45-52.
- Arnfred, S. (Ed). (2004a). *Re-thinking sexualities in Africa*. Uppsala, Sweden: Nordiska Afrikainstitutet.
- Arnfred, S. (2004b). Conceptions of gender in colonial and post-colonial discourses: the case of Mozambique. Arnfred, S. (Ed). *Gender Activism and Studies in Africa*. Dakar, Senegal: Council for the Development of Social Science Research in Africa, v.3, pp. 108-128.
- Arnfred, S. (2009). African feminists on sexualities. *Canadian Journal of African Studies/La Revue Canadienne des Études Africaines*, n.43(1), pp. 151-159.
- Arnfred, S. (2014). *Rethinking sexualities: a focus on pleasure*. *Social Anthropology/Antropologie Sociale*, n.22(1), pp. 28-31.
- Arnfred, S. (2015a). Female Sexuality as Capacity and Power? Reconceptualizing Sexualities in Africa. *African Studies Review*, 58(03), pp. 149–170.
- Arnfred, S. (2015b). Heterosexuality in Africa. *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*, pp. 812–818.
- Arnfred, S. (2015c). Notas sobre gênero e modernização em Moçambique. *Cadernos Pagu*, 45, pp. 181-224.
- Bardin, L. (2016 [1977]). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Brandel, M. (1958). Urban lobolo attitudes: a preliminary report. *African Studies*, 17:1, pp. 34-51
- Casimiro, I. (2005). Samora Machel e as relações de género. *Estudos Moçambicanos*, n.21, pp. 55-84.

- Casimiro, I. (2014). *Paz na terra, guerra em casa? Feminismo e organização de mulheres em Moçambique*. 1ª ed. Recife: UFPE.
- Casimiro, I. (2015). Movimentos sociais e movimentos de mulheres em Moçambique. Casimiro, I.; Silca, T. C. (Orgs). *A ciência ao serviço do desenvolvimento? Experiências de países africanos de língua oficial portuguesa*. 1ª ed. Maputo: CORDESIA, pp. 51-66.
- Casimiro, I.; Andrade, X. (2007). *A identidade do feminismo crítico em Moçambique: situando a nossa experiência como mulheres, académicas e ativistas*. Maputo: CEA/UEM.
- Casimiro, I; Baia, A. (2014). Apresentação. *Estudos Moçambicanos*, n.14, pp. 5-6.
- Coquery-Vidrovitch, C. (1997). Histoire des Femmes d'Afrique. *Clio*. Histoire, femmes et sociétés, n.6. Disponível em <http://journals.openedition.org/cli/373>, acessado 07/2023.
- Cruz e Silva; T. (2002). Determinantes globais e locais na emergência de solidariedades sociais: O caso do sector informal nas áreas periurbanas da cidade de Maputo, *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 63, Disponível em <<http://journals.openedition.org/rccs/1260>>, acesso 07/2023. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.1260>
- First, R. (1980). Editorial: subdesenvolvimento e trabalho migratório. *Estudos Moçambicanos*, n.1, pp. 2-8.
- First, R. (2015). *O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane*. Recife: Editora UFPE.
- Furquim, F. M. (2016). A permanência do lobolo e a organização social no Sul de Moçambique. *Revista Cantareira*, v. 25, pp. 5-15.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo: Atlas.
- Iglésias, O. (2007). África, a mulher moçambicana e a NEPAD. *Campus Social*, n.3-4, pp. 133-151.
- Machel, S. (1973a). *A libertação da mulher é uma necessidade da Revolução, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo*. Disponível em <https://encurtador.com.br/iEO07> acesso 07/2023.
- Machel, S. (1973b). Educar o homem para vencer a guerra, criar uma sociedade nova e desenvolver a pátria. *FRELIMO - Coleção Estudos e Orientações*. Caderno n.2, CasaComum.org, Disponível <https://encurtador.com.br/agwET>, acesso 07/2023.

- Machel, S. (1974). Fazer da escola uma base para o povo tomar o poder. *FRELIMO - Coleção Estudos e Orientações*. Caderno n.6", CasaComum.org, Disponível http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84117 acesso em 07/2023.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas.
- Meneses, M. P. (2004). Agente do conhecimento? A consultoria e a produção do conhecimento em Moçambique. Santos, B. S. (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez.
- Murunga, G. R. (2005). African women in the academy and beyond: review essay. Oyèwùmí, O. (Ed). *African gender studies: theoretical questions and conceptual issues*. Houndmills, Basingstoke, England, New York: Palgrave MacMillan, pp. 397-416
- Pedro, J. M. (2008). Militância feminista e academia: sobrevivência e trabalho voluntário. *Revista Estudos Feministas*, 16(1), pp. 87-95.
- Pinho, O. (2015). O “Destino das Mulheres e de sua Carne”: regulação de gênero e o Estado em Moçambique. *Cadernos Pagu* (45), pp. 157-179.
- Rêgo, S. A. S. (2019). Ativismo feminista e academia: estudo acerca de periódicos de Brasil, Moçambique e Portugal. *ComTextos*, série 2, nº5, pp. 1-24. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/62740>, acesso 07/2023.
- Rêgo, S. A. S. (2022). *Epistemologias feministas no Mar lusófono: “navegar é preciso, viver não é preciso”*. Um estudo comparado da produção científica em Revistas Acadêmicas de Brasil, Portugal e Moçambique. Tese. (Doutorado). Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho, Braga, 2022. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/76094>, acesso 07/2023.
- Santana, J. S. (2009). Mulheres de Moçambique na revista Tempo: o debate sobre o lobolo (casamento). *Revista de História*, 1, 2, pp. 82-98.
- Santos Filho, J. C. (2009). Pesquisa quantitativa versus Pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático. Santos Filho, J. C.; Gamboa, S. S. (org). *Pesquisa Educacional: Quantidade-qualidade*. 7ª ed. Cortez: São Paulo, pp. 13-59.